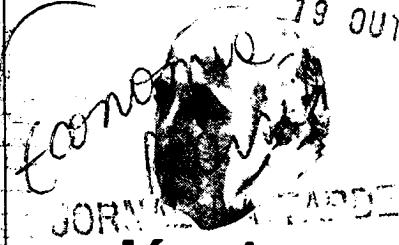


19 OUT 1984



Já estamos prontos para crescer. Opinião de Bresser Pereira.

Qualquer formulação de política econômica, no próximo governo, deve partir do pressuposto de que a economia brasileira já se encontra ajustada externamente. Essa opinião é do presidente do Banco do Estado de São Paulo, Luis Carlos Bresser Pereira, que falou ontem na comissão de economia da Câmara dos Deputados. Ele disse ainda que a prioridade no plano interno não deve ser o combate à inflação, mas sim a retomada do desenvolvimento econômico, para que se viabilize um crescimento de 5 a 7% ao ano.

Em depoimento considerado extremamente otimista por alguns parlamentares, Bresser revelou que o ministro do Planejamento, Delfim Neto, em viagem ao exterior, em agosto, disse claramente ao FMI e a bancos credores que a economia brasileira já estava ajustada e pronta para voltar a crescer. Os credores e o FMI, contudo, discordaram por considerar que a elevada inflação no Brasil ainda inviabiliza o retorno dos investimentos. Bresser Pereira, porém, insistiu que o próximo governo deve ser firme no sentido de rechaçar a manutenção da política econômica recessiva.

Levado à comissão pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e assistido pelo líder do partido na Câmara, deputado Freitas Nobre, e dezenas de parlamentares, o professor Bresser Pereira esboçou o que, a seu ver, deve ser as prioridades do próximo governo. Para viabilizar a retomada do crescimento econômico, por exemplo, ele sugere de imediato a redução das taxas de juros e que o setor público volte a fazer investimentos.

Para a redução dos juros, propõe duas medidas básicas: maior oferta de moeda, já que a atual política monetária é extremamente contracionista, e redução dos custos de captação do dinheiro através de um redutor de 10% na correção monetária incidente nos ativos financeiros. Os investimentos públicos, por outro lado, devem ser financiados pelo aumento de impostos. Bresser sugere um pacto entre governo e empresários: o governo pressiona para a redução dos juros, e em troca aumenta os tributos. Assim, cresce sua arrecadação, que é reinvestida na economia, possibilitando a geração de empregos e redução da capacidade ociosa na indústria.

Renda

Bresser acha que a redistribuição de renda virá por meio dos instrumentos como as políticas salarial, tributária, de despesas do governo e financeira. Sugere um meio-termo entre uma fórmula salarial antiga (metade do reajuste pela inflação passada e a outra pela inflação futura) e outra que fixa teto para a inflação. Passado esse teto, o salário será então reajustado. Na área tributária, propõe mais cobrança sobre altos rendimentos e ganhos de capital. Na política financeira, a redução dos juros implicará menor ganho para os especuladores, que acabarão por transferir o dinheiro para atividades produtivas.

O presidente do Banespa observa que a retomada do crescimento implica o aumento das importações — que ele prevê em 20% em 1985 —, num total de US\$ 18 bilhões contra US\$ 29 bilhões de exportações. O saldo de US\$ 11 bilhões possibilitará superá-

vit nas transações reais, mas ainda assim o país precisará de pelo menos US\$ 1,5 bilhão de dinheiro novo para fechar o balanço de pagamentos. Mesmo se não obtiver essa quantia, poderá voltar a crescer, embora queimando reservas que, ele prevê, alcançarão US\$ 6 bilhões em dezembro próximo.

Bresser Pereira ainda enfatizou que o déficit público não é causa da inflação, mas consequência. Garantiu que não existe mais déficit público real, apenas nominal, resultando da correção monetária e inflação. E reiterou que não se deve dar prioridade ao combate à inflação no próximo governo. A inflação hoje é autônoma, realimentada pela indexação, e, à medida que a economia voltar a crescer, inevitavelmente ela vai declinar, argumentou.

Demissões

Cento e vinte mil pessoas foram demitidas, entre 1979 e julho deste ano, pelas indústrias de bens de capital do País, em consequência da recessão econômica, revelou ontem, em Canoas, no Rio Grande do Sul, o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee) e presidente da empresa Construção Eletromecânica S/A (Coems), Paulo Vellinho. "Esses 120 mil desempregados", falou, "levaram conhecimentos técnicos que jamais serão recuperados pelas empresas. Por isto, quando se fala em sucateamento do setor, não se fala nas máquinas, mas na perda de tecnologia e recursos humanos."

Vellinho atribuiu ao setor público a maior responsabilidade pela ociosidade de 60% que há hoje nas indústrias nacionais de bens de capital, já que o governo sempre foi seu maior cliente. Em julho deste ano, expliou, as empresas estatais deviam às indústrias de base do País Cr\$ 280 bilhões, dos quais Cr\$ 160 bilhões para as indústrias de bens para hidrelétricas.